



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

ISSN: 2318-0544

revbrasilsociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

Frehse, Fraya

A sociologia urbana alemã dos anos 1990 e 2000 de um ponto de vista brasileiro*

Revista Brasileira de Sociologia, vol. 6, núm. 13, 2018, Maio-, pp. 155-177

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.263>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595765441010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A sociologia urbana alemã dos anos 1990 e 2000 de um ponto de vista brasileiro*

Fraya Frehse**

RESUMO

O objetivo desta reflexão ensaística é demonstrar que três características metodológicas da sociologia urbana alemã dos anos 1990 e 2000, referentes às operações lógicas adotadas por seus pesquisadores para explanar atributos socioespaciais empiricamente dados de urbes alemãs pequenas, médias ou grandes do país de então, particularizam a subdisciplina em relação a debates análogos vigentes respectivamente no Brasil (e na América Latina em geral), França e mundo anglo-americano recentes, em meio à atual economia globalizada. Para tanto, parto de uma perspectiva antropológica circunscrita, um *ponto de vista brasileiro* porque a minha apreensão das abordagens conceituais da sociologia urbana alemã está impregnada de uma “consciência comparativa” (NADER, 1994, p. 89) particular.

Palavras-chave: sociologia urbana (Alemanha); método (sociologia urbana); espaço (sociologia)

- 1 Versão traduzida e revista de Fraya Frehse, “Blickwechsel: Zur deutschen Stadtsoziologie aus brasilianischer Perspektive”, palestra no Georg Simmel Center for Metropolitan Studies da Humboldt-Universität zu Berlin em 9.12.2010. Sou grata à Alexander von Humboldt-Foundation pela bolsa de pós-doutorado que me permitiu realizar, em Berlim e Darmstadt durante todo o ano de 2010, a pesquisa bibliográfica da qual esta reflexão é fruto.
- 2 Professora livre-docente (associada) em Sociologia da Cidade, do Espaço e da Vida Cotidiana do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo – USP.

ABSTRACT**GERMAN URBAN SOCIOLOGY OF THE 1990S AND 2000S FROM A BRAZILIAN POINT OF VIEW**

This essay aims to demonstrate that three methodological traits of German urban sociology of the 1990s and 2000s – i.e. traits that relate to the logical operations mobilized by recent urban researchers in German-speaking countries in order to explain empirically given sociospatial features of small, medium-sized or big German cities – particularize German urban sociology amid analogous debates extant respectively in contemporary Brazil (and Latin America in general), France and the Anglo-American world within the context of a globalized economy. Therefore my starting point is a specific anthropological perspective, a *Brazilian point of view*, given that my apprehension of the conceptual accounts of German urban sociology is underpinned by a particular “comparative consciousness” (NADER, 1994, p. 89).

Keywords: urban sociology (Germany); method (urban sociology); space (sociology)

Esta reflexão de natureza ensaística e antropológica visa evidenciar três características metodológicas que distinguem a pesquisa sociológica de língua alemã sobre cidades da década de 2000 em certo cenário acadêmico internacional. Parto do pressuposto de que, como sintetizou Florestan Fernandes (1959, p. 13) há muitas décadas, método envolve as “operações intelectuais, realizadas pelo sujeito-investigador ainda na fase da observação propriamente dita”. Assim, interessa demonstrar que três características da sociologia urbana alemã recente referentes às operações lógicas adotadas por seus pesquisadores para explanar atributos socioespaciais empiricamente dados de urbes alemãs pequenas, médias ou grandes, particularizam a subdisciplina em relação a debates análogos vigentes respectivamente no Brasil (e na América Latina em geral), na França e no mundo anglo-americano, em meio à atual economia globalizada.

De fato, importam aqui operações lógicas definidas. Penso na distinção de Fernandes entre “método de investigação” e “método de interpretação” (1959, pp. 13-14): o primeiro diz respeito à coleta de informações empíricas para a construção de dados, e o segundo, ao desenvolvimento de inferências sobre a realidade empírica que viabilizem a sua compreensão. Atentarei em especial para as vias de “exploração”, pelos sociólogos urbanos alemães do intervalo entre os anos 1990 e 2010, da “indução amplificadora” em prol da “explanação sintética e generalizadora” (FER-

NANDES, 1959, pp. 13-14; 32) de atributos socioespaciais das cidades alemãs desse período.

Espero demonstrar que a adoção de tais métodos de interpretação se dá de três modos passíveis de serem assumidos como especificidades. Lembro que, em termos metodológicos, especificidades necessariamente pressupõem uma “totalidade” (LEFEBVRE, 2000, p. 430; GEHRING, 2008, p. 154) e, portanto, também uma perspectiva, um ponto de vista a partir do qual tal totalidade vira parâmetro cognitivo para a apreensão de especificidades. Como totalidade assumo aqui a sociologia que, nas décadas de 1990 e 2000, tem se preocupado em termos conceituais com a cidade (e as cidades), inclusive em berços históricos não alemães da disciplina, em especial nos nichos dos cenários anglo-americano, francês e brasileiro que tenho investigado nos últimos anos.

Com efeito, a minha perspectiva é antropológicamente bem circunscrita. *Ponto de vista brasileiro* quer sinalizar que minha apreensão das abordagens conceituais da sociologia urbana alemã está impregnada de uma “consciência comparativa” particular. Penso na constatação de Laura Nader (1994, p. 89) de que “as pessoas frequentemente não têm consciência do fato de fazerem comparações, embora o pensamento comparativo provavelmente seja universal. Em observações de viagem a comparação é às vezes implícita, outras explícita, dependendo do respectivo contexto. Mas ela sempre integra o substrato da observação”. No meu caso, a consciência comparativa se encontra marcada simultaneamente por, no mínimo, três aspectos: de um lado, minha formação profissional e atuação intelectual e acadêmica como antropóloga e socióloga dedicada à cidade *no Brasil*; de outro lado, minhas ligações biográficas com a Alemanha (avós e em parte bisavós imigraram para o Brasil no início do século XX); enfim, um pós-doutorado de um ano em Berlim em 2010, no intuito de justamente inquirir os fundamentos teóricos e metodológicos da sociologia urbana alemã das seis décadas prévias.

Dáí porque a reflexão aqui pretendida é ensaística e antropológica. Um ano de pesquisa me permite, hoje, apenas ensaiar respostas acerca dos métodos de interpretação adotados pelos representantes dessa área de conhecimento na Alemanha entre 1950 e 2010; e tais respostas resultam do estranhamento de natureza sociocultural dessa mesma tradição à luz da consciência comparativa de minhas próprias.

Com esse intuito, este ensaio se estrutura em quatro etapas. Primeiramente aprofundarei a dimensão investigativa do ponto de vista brasileiro aqui em jogo, a fim de evidenciar o porquê de meu objetivo aqui. Na seção subsequente, apresentarei cinco características metodológicas de natureza interpretativa da sociologia urbana alemã do intervalo 1990-2010, das quais três serão explanadas com mais vagar num terceiro momento. Assim, se elucidará o que faz delas especificidades do cenário alemão recente, em certo debate acadêmico internacional. Na conclusão, terei então como sintetizar alguns desafios metodológicos que reconheço nesse debate alemão, e apontar o que o torna especial para a pesquisa urbana brasileira recente, quando o assunto são características socioespaciais das grandes cidades do país.

1. Pano de fundo investigativo

O meu interesse pelos métodos de interpretação da sociologia urbana alemã emergiu do andamento de projeto de pesquisa que conduzia no Brasil, em 2009, acerca da seguinte questão: Que características socioespaciais de São Paulo neste início de século XXI se desvelam sociologicamente com base nas regras de comportamento corporal e de interação social implícitas nos usos cotidianos dos lugares públicos do centro dessa metrópole então? Entendo características socioespaciais em termos da concepção dialética de espaço de Henri Lefebvre (2000, xx, p. 465): O espaço é um “conjunto de relações”, produto social que interfere simultaneamente na produção da vida em suas dimensões econômica e social, mediando, portanto, a produção e a reprodução, a história e o cotidiano. Daí porque as relações sociais, “abstrações concretas”, só “existem” realmente “no e através do espaço” (ao mesmo tempo).

Levantar bibliografia sociológica brasileira para tal investigação e aprofundá-la em uma revisão bibliográfica realizada em conjunto com outro colega (FREHSE; LEITE, 2010) me fez reconhecer uma característica metodológica definida do debate acadêmico local, quando se trata de conceituar características socioespaciais das cidades e/ou metrópoles brasileiras. A diversidade empírica e as sutilezas investigativas presentes em tais estudos vão, em alguns casos, de mãos dadas com uma prática de conceituação que acarreta combinar metodologicamente, de maneira instantânea e acrítica, noções estrangeiras relativas à chamada cidade global, fragmentada ou pós-moderna, para a compreensão do espaço urbano no Brasil (FREHSE; LEITE,

2010, p. 220). Assim, características socioespaciais das metrópoles brasileiras acabam por figurar interpretativamente como meras variações de processos transnacionais. E diferenças empiricamente existentes entre as cidades brasileiras e urbes como Nova York ou Los Angeles, Londres ou Paris acabam subjugadas conceitualmente às semelhanças entre as diversas metrópoles, em meio à atual globalização econômica e aos discursos científicos que a acompanham e legitimam. Em suma, a questão das diferenças desaparece silenciosamente da agenda cognitiva da sociologia brasileira dedicada às cidades e/ou metrópoles do país.

Essas constatações me conduziram à elaboração de um projeto de pesquisa de pós-doutorado que se propôs a avaliar criticamente eventuais contribuições conceituais e investigativas de natureza metodológica da tradição sociológica alemã a modos de conceituar, em particular, metrópoles brasileiras contemporâneas como São Paulo. A hipótese era de que tais potencialidades poderiam ser encontradas em abordagens que tal vertente disciplinar tem desenvolvido a partir do final da Segunda Guerra Mundial acerca dos seguintes problemas: 1) O que é a cidade como objeto de conhecimento da sociologia?; 2) Quais as especificidades da “cidade moderna” e (mais recentemente) “europeia”?; 3) Como tratar o espaço em termos sociológicos?

A apreensão documental e a análise da literatura especializada correspondente em Berlim e em Darmstadt, ao longo de 2010, me possibilitaram não apenas uma interlocução intelectualmente enriquecedora com as abordagens conceituais da sociologia urbana alemã. Elas instigaram também a minha consciência comparativa a buscar eventuais especificidades que caracterizam a sociologia urbana alemã no debate sociológico urbano internacional dos últimos vinte anos. Daí a minha escolha heurística pela totalidade de referência anteriormente mencionada, daí este ensaio e, a partir de agora, a minha aproximação em relação a algumas respostas. E à minha resposta.

2. Características metodológicas da sociologia urbana alemã

Desde o final dos anos 1960, se acumulam no cenário acadêmico alemão avaliações de conjunto sobre a trajetória da própria sociologia urbana (cf., por exemplo, HERLYN, 1969; 1980; 1993; KORTE, 1986; HÄUßERMANN; SIEBEL, 1978; 1994; 2004; HAMM, 1980; HAMM; NEUMANN, 1996; SCHÄFERS, 1989; 2006; SCHMALS, 1983; SIEBEL, 1987; FRIEDRICHS,

1988; 1995; 2005; KRÄMER-BADONI, 1991; 1999; DANGSCHAT, 1994; 2005; ECKARDT, 2004; BERKING; LÖW 2005; 2008). Isso se dá ao lado de uma renovação episódica, na verdade desde 1950, de concepções normativas acerca dos objetos investigativos da sociologia sobre a vida urbana: da comunidade local (*Gemeinde*) e da “cidade grande”, nos anos 1950, ao espaço e à lógica intrínseca das cidades (no plural) nos anos 2000, passando pelo planejamento urbano, as relações entre comportamento social e espaço, e a urbanização capitalista, com padrões socioespaciais de segregação mais ou menos distantes da “cidade europeia” e sua “urbanidade” (cf., por exemplo, PFEIL, 1950; KÖNIG, 1958; OSWALD, 1966; BAHRDT, 1969; KORTE; BAUER; RIEGE; KORFMACHER; GUDE; BRAKE; GERLACH, 1974; HAMM; ATTESLÄNDER, 1974; FRIEDRICHS, 1977; 1995; HÄUßERMANN; SIEBEL, 1978; 1987; IPSEN, 1997; 2000; BERKING; LÖW, 2005; 2008; LÖW, 2009).

Apesar das muitas revisões bibliográficas, são poucas e recentes as tentativas nativas de estranhamento dos rumos metodológicos do debate posterior a 1945 (NACHRICHTENBLATT, 2005; FRIEDRICHS, 2005; DANGSCHAT, 2005; LÖW, 2009). O mais comum até os anos 2000 foi associar os desenvolvimentos conceituais no cenário de língua alemã às ênfases metodológicas da pesquisa sociológica urbana produzida no cenário anglo-americano.

Aqui, menos do que arriscar eventuais motivações acadêmico-institucionais para tal conjuntura – algo que especialistas nativos têm como fazer com bem mais precisão –, cabe sintetizar as características metodológicas da sociologia urbana alemã do intervalo 1990-2010 que as revisões bibliográficas sugerem.

A área aborda investigativa e conceitualmente dois problemas:

1. o quanto os processos socioespaciais que acompanham a dinâmica de globalização contemporânea pós-fordista, a consolidação da União Europeia e a reunificação alemã desafiam a aplicação do modelo conceitual da “cidade europeia” com seu padrão de “urbanidade”, que alguns sociólogos identificam empiricamente na realidade urbana alemã;
2. o quanto a categoria de espaço constitui um objeto de conhecimento passível de contribuir para uma definição mais precisa das tarefas cognitivas da subdisciplina.

Ambos os problemas têm repercutido no debate sobre os métodos tanto de investigação quanto de interpretação. Ao lado da internacionalmente duradoura discussão sobre a pertinência ou não de técnicas quantitativas e qualitativas de coleta de dados (FRIEDRICHS, 2005; DANGSCHAT, 2005), reiniciou-se modo criativo o debate em torno do “espaço”: Como o fato de se incorporar, nas conceituações de cidade, a dimensão espacial das relações sociais interfere em sua compreensão sociológica (STURM, 2000; LÖW, 2001; 2009; RIEGE; SCHUBERT, 2002)? As ciências humanas alemãs vinham evitando tal discussão desde o Terceiro Reich, que fizera da noção de espaço um poderoso instrumento de legitimação ideológica do expansionismo geopolítico (KÖSTER, 2002; SCHROER, 2006, pp. 17-19).

Meu próprio contato com a literatura sociológica do segundo pós-guerra sobre os temas “cidade”, “cidade moderna” e, mais recentemente, “cidade europeia”, além de “espaço”, me permitiu confirmar essas constatações das revisões bibliográficas anteriormente referenciadas. Porém esse contato viabilizou mais. Foi possível reconhecer justamente outras três características metodológicas da sociologia urbana alemã das décadas de 1990 e 2000, por referência a modos de interpretar sociologicamente características socioespaciais das cidades na Alemanha:

- 1) ela privilegia a história do pensamento sociológico alemão;
- 2) ela recorre a noções de espaço urbano forjadas em representações específicas da realidade empírica das cidades alemãs;
- 3) ela recorre a concepções sociológicas de espaço dotadas daquilo que, em outro momento, denominei densidade metodológica acentuada (FREHSE, 2012, p. 108): isto é, tais noções evidenciam métodos de interpretação explicitamente tributários de paradigmas conceituais definidos do pensamento sociológico.

São peculiares as fontes documentais que me conduziram aos três aspectos. Na bibliografia preocupada em conceituar “cidade”, aprofundi-me em particular nas discussões sobre a noção de comunidade local (nos anos 1950), a sociologia urbana como subdisciplina (entre os anos 1960 e 2000) e a cidade como objeto de conhecimento da sociologia (dos anos 1950 aos anos 2000). Já em relação aos debates sobre a “cidade moderna” e, mais

recentemente, “europeia” como objetos de conhecimento sociológico, concentrei-me em estudos acerca da noção de urbanidade (entre os anos 1960 e 2000) e em tipificações de cidade relativas aos modelos da cidade moderna e europeia (entre os anos 1960 e 2000). Enfim, quanto ao espaço como objeto sociológico, privilegiei discussões teóricas sobre tal noção (entre os anos 1960 e 2000), inclusive em sua relação com a desigualdade social.

A fim de fundamentar empiricamente nos limites deste ensaio as três características metodológicas anteriormente indicadas e de evidenciar o que me leva a concebê-las como especificidades à luz de certo cenário sociológico internacional, um ponto de partida apropriado, por seu potencial de síntese, é esboçar em linhas gerais a trajetória dos métodos de interpretação no debate sociológico alemão sobre cidades após a Segunda Guerra Mundial. Mas isso com o olhar atento a como são identificados os objetos de tal campo de conhecimento. Com efeito, o que varia, dependendo do momento, é a rubrica utilizada para nomear tal “subdisciplina” (*Teildisziplin*): nos anos 1940, “sociologia da comunidade local”; na década de 1950, “sociologia da cidade grande”, sendo que, nos anos 1960, adentra no léxico, ao lado da “sociologia do planejamento urbano” e “do urbanismo”, a rubrica “sociologia urbana” (*Stadtsoziologie*), vigente até hoje.

Por detrás dessa plethora de rótulos se escondem objetos abordados conceitualmente por ângulos metodológicos específicos. Nos anos 1940 e 1950, a atenção de natureza (estrutural-) funcionalista se concentrou na comunidade local, mas sem descurar da “cidade grande (industrial)”. Já nos anos 1960, passaram a interessar as interações entre as chamadas esferas pública e privada na “cidade grande moderna”, referência metodológica essa que favoreceu o desenvolvimento de uma sociologia do planejamento urbano e do urbanismo. Na década de 1970, por sua vez, entraram em cena tanto abordagens “socioecológicas”, inspiradas na ecologia humana da Escola de Chicago, quanto “neomarxistas” de orientação castellsiana. Assim, a atenção conceitual passou a voltar-se, de um lado, para as relações entre espaço e comportamento social e, de outro, para os processos socioeconômicos e sociopolíticos implícitos na urbanização capitalista. Cada uma dessas correntes investigativas lidou de maneira diversa com as transformações socioespaciais em curso na então ainda Alemanha Ocidental a partir daquela década, na esteira de uma globalização econômica cada vez mais acelerada. As evidentes diferenças teóricas e metodológicas entre ambas as vertentes não impediram o trabalho conjunto acerca

de alguns temas: assim, por exemplo, o chamado declínio Norte-Sul (*Nord-Süd-Gefälle*), consolidação do Sul rico e do Norte pobre no próprio país; e a “suburbanização” e a segregação social e espacial nas cidades alemãs.

Desde então, os objetos de conhecimento privilegiados por cada uma das correntes permanecem na sociologia urbana local; e a perspectiva simultaneamente socioeconômica e sociopolítica dos neomarxistas tem tido especial proatividade na agenda investigativa. Ademais, vale assinalar que, dentre os objetos empíricos recorrentes entre 1980 e 2000, se encontram a “urbanidade”, as “cidades que encolhem” (em inglês *shrinking cities*) e a “cidade europeia”, noções que Hartmut Häußermann e Walter Siebel detalharam de forma pioneira no final dos anos 1980.

Ressalte-se, contudo, que essa difusão de abordagens neomarxistas inspiradas na chamada *new urbansociology* foi acompanhada por mudanças conceituais significativas no tratamento do espaço. Se até 1980 a categoria era pouco questionada – essencialmente assumida como hiperônimo dos cenários territoriais empiricamente dados para a investigação sociológica (distritos, bairros, subúrbios, cidades) –, a partir de então se divisam, primeiramente, em ritmo pontual e, desde 2000, constante, reflexões que, além de salientarem o caráter socialmente construído do espaço (sobretudo em termos giddensianos e bourdieusianos¹), elucidam conceitualmente as implicações metodológicas desse reconhecimento para a sociologia urbana.

Tais discussões repercutiram tanto na vertente socioecológica quanto na neomarxista. Basta contemplar o número de avaliações críticas da relevância teórica e metodológica do espaço para a sociologia urbana publicadas desde o início do século XXI. Embora algumas pesquisas empíricas mais recentes continuem ignorando essa discussão de natureza metodológica (SOEFFNER, 2011), a sociologia alemã atual vem sendo significativamente instigada por esse debate – o que a concorrência de público à mesa-redonda “A espacialidade do social: Teorias e análises espaciais, e o *spatialturn*”, no congresso da Sociedade Alemã de Sociologia de 2010, me evidenciou com clareza.

Sintetizada essa diacronia, fica mais fácil fundamentar as três características metodológicas anteriormente apontadas e por que as reconheço como especificidades metodológicas da sociologia urbana alemã recente em certo cenário internacional.

1 Para traduções brasileiras, cf. Giddens (2003) e Bourdieu (2013).

3. Entre a própria história, as próprias cidades e o espaço como noção teoricamente fundamentada

Quanto ao primeiro aspecto, as discussões das décadas de 1990 e 2000 sobre cidade, cidade europeia e espaço deixam entrever um rol de releituras metodológicas alternativas de objetos de conhecimento cujas primeiras reflexões pertencem, em termos históricos, aos primórdios do pensamento sociológico na Alemanha. Essa postura fica especialmente evidente no debate sobre a noção de urbanidade. Ele recupera a discussão alemã dos anos 1960 sobre o assunto no âmbito da chamada sociologia do urbanismo, a fim de, com base nos alemães Georg Simmel, Louis Wirth e Hans Paul Bahrdt, além do norte-americano Robert E. Park, de forte influência simmeliana e weberiana, alçar urbanidade à referência metodológica paradigmática ou contrapontística para reflexões sobre o desenvolvimento urbano recente da Alemanha – antes e depois da Reunificação. Para os fins deste ensaio, não importa que tal mobilização metodológica seja justificada por meio de alusões a textos de Simmel e de Bahrdt, nos quais o termo nem aparece... Interessa que a lógica investigativa se baseia, em termos conceituais, justamente em interlocução explícita com a própria tradição disciplinar. A evidência mais acabada dessa ênfase paradigmática aparece em Häußermann e Siebel (HÄUßERMANN; SIEBEL, 1987; 1993; SIEBEL, 1994; 1999; 2000; HÄUßERMANN, 1995). Ela coexiste com estranhamentos críticos – e contrapontísticos – da noção de urbanidade, suas origens normativas e ideológicas (ZIMMERMANN, 1995; PRIGGE, 1996; WEFING, 1998; WÜST, 2004; MANDERSCHIED, 2007).

Com efeito, alçada a referência metodológica mais ou menos criticada, “urbanidade” tem estimulado também a elaboração de tipologias que se distanciam mais ou menos, em termos empíricos, do modelo da cidade simultaneamente concêntrica e “que cresce”, e que fora decisiva tanto para Max Weber quanto, posteriormente, para a chamada primeira Escola de Chicago. Além de tipos contrapontísticos como o da “cidade que encolhe”, que ingressou na agenda de políticas públicas e da sociologia urbana sobretudo na década de 2000, penso em tipos alternativos como a “cidade-região”, cuja tematização é indissociável de processos historicamente já mais antigos, como a chamada suburbanização, e o daí resultante desenvolvimento de “entrecidades” e “periferias”; e a “regionalização”, mais recente e ligada à ebulição do chamado sistema de cidades na Europa já unificada.

A fim de fundamentar teoricamente a noção de urbanidade, os autores não raro incorporam elementos dos modelos simmeliano e weberiano da “cidade moderna”. Já que, entretanto, a era atual é de crítica “pós-moderna” e “modernização reflexiva”, o atributo “moderno” desaparece. Privilegia-se, de um lado, o apenas aparentemente mais esclarecedor atributo “europeu” (HÄUßERMANN, 2001; SIEBEL, 2002; 2004; HASSENPFUG, 2000; KAELEBLE, 2001; FREY; KOCH, 2011a), articulando assim o debate sobre a cidade contemporânea na Europa unificada àquele, recente, dos dilemas de “governança” ali (entre outros, LE GALÈS, 2002). De outro lado, há quem recorra a adjetivos como “compacto”, “histórico”, “pré-industrial”, “antigo” (WEFING, 1998; KOCKA, 1999; WENTZ, 2000).

Tal como a urbanidade, também a cidade europeia conta com críticos. Ressalta-se o seu caráter “mítico” (SCHUBERT, 2001; LANZ, 2002; RIBBECK, 2005; GEGNER, 2006; FARIAS; STEMMLER, 2006; LINGER; TENFELDE, 2006), e reclama-se do caráter “europeu-antigo” e “normativo” de uma sociologia baseada em tal noção (KRÄMER-BADONI, 2004), prenhe de eurocentrismo (BERKING; LÖW, 2005). Já mais recentemente a lógica discursiva do modelo foi detalhada (HANNEMANN; METTENBERGER, 2010). Entretanto, tal como a urbanidade, também a cidade europeia continua vigorosa na sociologia urbana alemã recente.

O que importa aqui é que todas essas ênfases investigativas se ligam a uma mesma preocupação metodológica, quando se trata de interpretar. Os autores recorrem à tradição conceitual da sociologia alemã, e isso mesmo que as noções sociológicas empregadas “estenografem” (BOURDIEU, 1989, p. 27) métodos de interpretação que articulam conceitos de fundamentação teórica bem diversificada. Em suma, sua densidade metodológica é restrita, para retomar um equacionamento que explanei em outra ocasião (FREHSE, 2012, p. 108).

Essa lógica de uso dos métodos de interpretação reaparece ainda em um terceiro nicho de discussões. O enfrentamento sociológico do espaço nutre-se criativamente de debates da sociologia alemã da virada do século XX. Penso aqui não apenas no Simmel (1995a, 1995b, 1995c) dos ensaios “Sociologia do espaço” e “Sobre projeções espaciais de formas sociais” (1903) e “O espaço e o ordenamento espacial da sociedade” (1908). Mas relembro ainda o Émile Durkheim que se posicionou explicitamente sobre o espaço na geografia e em Simmel (DURKHEIM, 1899, 1902-1903).

Embora atualmente não haja consenso na sociologia alemã sobre se o espaço em Simmel é ou não “relativista”, derivado de relações e representações humanas (LÖW, 2001, pp. 60-63; SCHROER, 2006, pp. 62-65), não se nega o pioneirismo do autor para o debate alemão atual, no qual pontifica a concepção de espaço relacional: este como resultado das “relações entre seres humanos e bens sociais em lugares” (LÖW, 2001, pp. 156-157; SCHROER, 2006, pp. 175-179). Com efeito, certa sociologia urbana alemã recente não poupa críticas a essa proposição teórica e suas implicações metodológicas, aludindo ao risco de des-sociologização da sociologia urbana (HÄUßERMANN, 1999); ao supostamente diminuto rendimento interpretativo do novo paradigma (DRÖGE, 2000; FRIEDRICHS, 2005); à suposta postulação ali implícita de que o espaço independeria do social (STICHWEH, 2003); enfim, ao risco de des-historicização de cidade e região (KRÄMER-BADONI, 2003).

Por tudo isso, também os autores preocupados com o espaço contribuem involuntariamente para reforçar uma subdisciplina ativamente preocupada em inquirir a realidade urbana sem descurar, em termos metodológicos, de um diálogo conceitual crítico com as tradições de seu próprio campo de conhecimento.

O que permanece em aberto é se essa característica pode ser considerada uma *especificidade* metodológica da sociologia urbana alemã recente no contexto internacional. Dois contraexemplos pontuais me levam a crer que sim.

Não somente no Brasil, mas na América Latina em geral, há quem se ressinta atualmente de interlocução crítica com a própria tradição, quando o assunto é cidade (FREHSE; LEITE, 2010, p. 235; GORELIK, 2005). Afinal, até os anos 1970 um dos principais objetivos dos sociólogos da região foi conceituar as semelhanças empíricas das urbes ali, transpondo-as em termos interpretativos para teorias e políticas públicas com o auxílio da noção de “cidade latino-americana” (GORELIK, 2005, pp. 120-130).

Se a decadência dessa tradição intelectual na América Latina é indissociável dos efeitos institucionais que as ditaduras militares tiveram sobre as ciências sociais ali, a parca interlocução com a própria tradição também aparece em certa pesquisa urbana recente de visada sociológica na França. Avaliações sobre a *sociologie urbaine*, tal como a de Yves Grafmeyer (1994), por exemplo, localizam as origens da subdisciplina essencialmente na Escola de Chicago, enfrentando assim, a meu ver, de modo insuficiente o fato de

que autores como Durkheim, Maurice Halbwachse, mais tarde, Paul-Henry Chombart de Lauwe também se preocuparam em conceituar a dimensão espacial das relações sociais, em particular no mundo urbano.

O que, a meu ver, torna significativo o enfoque conceitual alemão sobre a própria tradição é que tal interlocução criativa com “a prata da casa” transcorre na atual era de globalização e da transnacionalização do trabalho científico que a acompanha. Isso se dá, evidentemente, ao lado de um debate intenso sobre abordagens internacionais dos respectivos objetos investigativos – sendo o contato com a literatura anglo-americana bem mais intenso do que com outras línguas².

Essa postura metodológica acaba por unificar até mesmo perspectivas teóricas que se antagonizam explicitamente no debate recente. Evidente de tal conjuntura é, por exemplo, a discussão, há alguns anos, bastante animada (FREHSE, 2014) em torno da “lógica intrínseca das cidades”. Os autores dessa abordagem praxeológica bourdieusiana justificaram a proposição de que seria possível identificar empiricamente uma lógica intrínseca em cada cidade através de uma crítica à “sociologia urbana sem cidade” dos neomarxistas alemães filiados à *new urbansociology* (BERKING; LÖW, 2005; 2008; LÖW, 2009). Estes, por sua vez, argumentam em prol da suposta falta de sociologia (urbana) dos primeiros (HÄUßERMANN; KEMPER, 2005; KEMPER; VOGELPOHL, 2011). Em ambos os casos, as referências conceituais utilizadas provêm da tradição sociológica alemã.

Se um mesmo denominador metodológico de natureza interpretativa se faz perceptível em abordagens teóricas fundamentalmente distintas, a situação é outra quando entra em jogo a segunda característica da sociologia urbana alemã recente, que apresentei anteriormente.

São, em especial, os estudos baseados no modelo da cidade europeia com base na noção de urbanidade que privilegiam representações de espaço urbano forjadas na realidade empírica de cidades alemãs. Em Siebel (1994, pp. 16-17), por exemplo, a quem aqui aludo por definir ambas as categorias de modo sintético, urbanidade como modo de vida urbano se particulariza respectivamente pela “presença de história”, por “uma outra relação com a natureza” e “um novo regime temporal”, além da “convivência com o espa-

2 A minha impressão é de que a literatura de origem não anglo-americana é apreendida, sobretudo, depois de vertida para o inglês ou o alemão – sendo pouco problematizados eventuais equívocos de tradução (por exemplo, em Lefebvre).

ço público”. Já quando interessa caracterizar a “cidade europeia tradicional”, importam a “presença de história no cotidiano dos cidadãos, a cidade sempre como uma promessa utópica de emancipação econômica e política, como lugar especial de um modo de vida urbano e marcado pela imagem tradicional da forma da cidade europeia, e, por fim, as regulações ali vigentes como sendo próprias de um Estado social” (SIEBEL, 2004, p. 18). Não à toa, urbanidade e cidade europeia vêm às vezes acompanhadas de temas presentes em Simmel ou Weber, tais como o da democracia supostamente viabilizada pela individualização, o da liberdade e da mistura e integração potenciais de diferenças. Mais uma vez importa pouco que nem Simmel tenha abordado explicitamente a noção de urbanidade, nem Weber a cidade europeia... O relevante aqui é que a minha consciência comparativa foi suscitada pelo fato de que, ao menos como representações ideológicas, tais características perpassavam o cotidiano da realidade urbana alemã em 2010. O dia a dia das ruas e dos meios de comunicação de massa das cidades do país de então era agitado por uma ênfase constante em políticas municipais de forte visada estatal-social. Se esta nem sempre existiu na Alemanha – como atestam historiadores críticos da concepção de cidade europeia –, ela então era bem mais comum nas cidades do país do que, por exemplo, em Portugal – país cuja realidade urbana eu estudava em paralelo, em 2010, e que, em termos geopolíticos, também integra as chamadas cidades europeias. Vale a pena relembrar outra definição de então sobre a cidade europeia, só que agora no âmbito de uma reflexão crítica: tal noção “não é apenas é uma designação geográfica para cidades que se encontram no continente europeu; dependendo da acepção, remete a estruturas construtivas e de uso, a formações sociais ou organizações políticas” (FREY; KOCH, 2011b, p. 11).

A realidade factual que tais possibilidades empíricas encontravam na Alemanha urbana de 2010 sugere uma clara diferença que a sociologia urbana desse país apresenta em relação a um segundo berço histórico de tal campo de conhecimento. Refiro-me ao debate norte-americano. Ali a discussão das décadas de 1990 e 2000 tendeu a investir vigorosamente, em termos conceituais, em processos socioespaciais de abrangência transnacional. Exemplos significativos são a abordagem da cidade global e o debate sobre escalas influenciado pela geografia.

Há agora como abordar a terceira característica metodológica da sociologia urbana alemã recente. À diferença do debate sobre as noções de

urbanidade e de cidade europeia, as abordagens de espaço operam com noções de forte densidade metodológica que evidenciam métodos bem específicos de interpretação sociológica, e não articulações conceituais de fundamentação teórica variada. Essa lógica de conceituação muito deve à tradição de teorizações que marca a sociologia alemã desde os primórdios, e que, no caso do debate sobre o espaço, logo cedo resultou em propostas conceituais como a de Simmel (1995c, pp. 689-690), que, inspirado em Immanuel Kant, propôs que também em termos sociológicos o espaço seria “a possibilidade de estar junto”. Já no âmbito do debate recente, relembro primeiramente a concepção pioneira de espaço relacional de Dieter Läßle (1991, pp. 196-197), que, em interlocução com economistas, físicos e filósofos, desenvolveu uma “matriz espacial” cujos componentes são “o substrato físico-material das relações sociais”, “as estruturas de interação e de ação social” e “um sistema espacial de sinais, símbolos e representações ligado ao substrato material”. Enfim, reitero o protagonismo da noção praxeológica de espaço relacional de Martina Löw (2001, *passim*), que, inspirada em Giddens, o sintetiza como “ordenamento/ordem de bens sociais e seres humanos (vivos) em lugares”.

Nesses três autores, trata-se de formulações conceituais com implicações metodológicas definidas de natureza interpretativa que, justamente, as noções de espaço “estenografam”. Não importa que as referências empíricas de fundo dos respectivos provenham da realidade urbana alemã, na qual esses pesquisadores vive(ra)m e trabalha(ra)m. De fato, embora enraizadas em termos socioespaciais, as concepções de espaço propostas são metodologicamente tão densas que se encontram conceitualmente libertas de traços sociospaciais historicamente definidos desses espaços (urbanos).

Por tudo isso, estamos também aqui em face de uma especificidade da sociologia urbana alemã recente nos cenários do debate sociológico internacional que aqui me servem de parâmetros heurísticos. Pelo que tenho podido constatar, no Brasil, na França e no mundo anglo-americano recente, a sociologia devotada às cidades não tem se preocupado em desenvolver concepções de espaço com tamanha densidade metodológica. Casos como o de Lefebvre, com sua noção dialética de espaço, além de escaparem ao escopo temporal deste ensaio por serem cronologicamente anteriores à sociologia de 1990-2010, permanecem excepcionais.

Conclusão

Duas das três especificidades da sociologia urbana alemã contemporânea aqui apresentadas podem suscitar a impressão de que se trata de uma subdisciplina provinciana. Nada, entretanto, mais distante que isso. As lógicas interpretativas aqui esboçadas sugerem apenas uma subdisciplina *não* alienada de sua própria tradição disciplinar. Quando o assunto conceitual são as cidades empiricamente dadas (sobretudo na Alemanha), diferentes posições teóricas são defendidas com base em noções de densidade metodológica variada, mas sempre em diálogo com o próprio passado.

Entretanto, a autoconsciência dessa sociologia urbana não a isenta de desafios. O maior, a meu ver, é justamente metodológico. Os processos socioculturais do mundo urbano atual tendem a um entrelaçamento cada vez maior. Tal conjuntura vai de mãos dadas com a inédita produção/constituição/re-figuração (dependendo da perspectiva teórica) de espaços materiais e virtuais, as quais são noções indicativas de processos que não excluem, evidentemente, as cidades alemãs. Um indício significativo de tal estado de coisas é a convivência mais ou menos conflituosa entre nativos e migrantes ali. Assim, a sociologia urbana alemã se vê diante do desafio de desenvolver conceitual e investigativamente conhecimento sobre *as cidades do antropológicamente Outro*, nas urbes do país.

A diversidade crescente da paisagem étnica ali é acompanhada da introdução de padrões de comportamento corporal e de padrões de sociabilidade cujas raízes históricas e culturais residem, em termos socioespaciais, em cidades bem distantes: por exemplo, dinâmicas de comunicação se baseiam essencialmente em linguagem corporal, em sinais transmitidos em silêncio, e que são vigorosos nas urbes de países africanos, latino-americanos e mesmo no Oriente Médio. As especificidades socioespaciais daí decorrentes para as cidades alemãs representam um desafio metodológico singular para uma sociologia urbana que, pelo que evidenciei aqui, continua apegada a uma representação de espaço urbano tributária da ênfase histórica da sociologia (urbana) alemã na cidade “moderna”, “antiga”, “compacta”, “europeia”. De fato, o denominador comum de todas estas urbes é uma idealização definida da cidade “alemã”.

Em busca de representações alternativas de espaço urbano, minha consciência comparativa evoca perspectivas interpretativas e investigativas cujas

orientações teóricas contemplem o contraditório e o imprevisto, a linguagem corporal e o silêncio. Esses são fenômenos sociais empiricamente integrantes da vida urbana no Brasil – e não só ali –, e que, porém, têm merecido pouca atenção conceitual e investigativa por parte da sociologia alemã recente devotada à cidade, à cidade europeia e ao espaço.

Não há aqui como aprofundar o quanto essa postura metodológica deve à preferência desses sociólogos por perspectivas conceituais e investigativas baseadas em uma noção de totalidade fechada e não contraditória (como, por exemplo, a teoria dos sistemas e suas variações). O fato é que, frente à realidade social explicitamente contraditória que nós, cientistas sociais, vivenciamos no Brasil (urbano ou não), desde os anos 1960, a pesquisa sociológica desse país recorre a perspectivas dialéticas. Inclusive a célebre teoria da dependência, que se baseia em uma releitura criativa de *O Capital* de Karl Marx, foi forjada nesse contexto.

Frente a tal desafio, o que dizer de eventuais contribuições da sociologia urbana alemã recente para a conceituação de características socioespaciais das cidades grandes brasileiras? A análise realizada no âmbito do pós-doutorado deixa em mim a impressão de que tal contribuição não reside certamente em qualquer aplicação paradigmática das noções conceituais que integram essa linhagem de estudos. Proceder desse modo seria fazer “mais do mesmo” na pesquisa urbana brasileira – com a diferença de que agora as abordagens proviriam não mais dos cenários acadêmicos de língua inglesa ou francesa, e sim da Alemanha. Em prol de uma interlocução criativa e proativa, é o debate recente sobre o espaço que fornece alguns pontos de contato – só que de natureza metodológica. De fato, essas abordagens evidenciam métodos de interpretação que operam num nível de generalização que permite mobilizá-las de maneira paradigmática, só que como *contrapontos* para explicar realidades espaciais outras.

Mas há mais. Com efeito, essa disposição “tipicamente alemã” para produzir conceituações metodologicamente sensíveis à própria tradição disciplinar muito me instiga a associações imediatas com as primeiras décadas da história da sociologia no Brasil – ou melhor, com o que de tal período tenho depreendido estudando o assunto. Essa postura constitui certamente o principal estímulo intelectual que levei comigo da pesquisa “alemã” realizada em 2010.

Referências

- BAHRDT, Hans P. (1969), *Die moderne Großstadt*. 1. ed. Hamburg: Christian Wegner Verlag.
- BERKING, Helmuth; LÖW, Martina (org.). (2005), *Die Wirklichkeit der Städte*. 1. ed. Baden-Baden: Nomos.
- BERKING, Helmuth; LÖW, Martina (org.). (2008), *Die Eigenlogik der Städte*. 1. ed. Frankfurt a. M./New York: Campus.
- BOURDIEU, Pierre. (2013), “Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado”. Trad. A. C. A. Nasser. Rev. Técn. F. Frehse. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, pp. 123-144.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O Poder Simbólico*. Trad. F. Tomaz. Lisboa. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil.
- DANGSCHAT, Jens S. (1994), “Stadtsoziologie - empirische Anwendung soziologischer Theorie oder Hilfswissenschaft für Planung?”. In: MEYER, Sybille; SCHULZE, Eva (org.). *Ein Puzzle, das nie aufgeht*. 1. ed. Berlin: Sigma. pp. 227-242.
- DANGSCHAT, Jens S. (2005), “Thesen zur Stadt- und Regionalsoziologie”. *Nachrichtenblatt zur Stadt- und Regionalsoziologie*, n. 7, pp. 27-39.
- DRÖGE, Franz. (2000), “Ort und Raum”. *Working Paper* - Universität Bremen, n. 38.
- DURKHEIM, Émile. (1899), “Morphologie sociale [1897-1898]”. *L'Année Sociologique*, n. 2, pp. 520-532.
- DURKHEIM, Émile. (1902-1903), “[Resenha de] ‘Über raumliche projectionen sozialer Formen [sic]’, de G. Simmel”. *L'Année Sociologique*, n. 7, pp. 646-647.
- ECKARDT, Frank. (2004), *Soziologie der Stadt*. 1. ed. Bielefeld: Transcript.
- FARIAS, Ignacio; STEMMLER, Susanne. (2006), “Deconstructing ‘Metropolis’: Critical Reflections on a European Concept”. *CMS Working Paper Series*, n. 4, pp. 1-16.
- FERNANDES, Florestan. (1959), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FREHSE, Fraya; LEITE, Rogerio P. (2010), “Espaço urbano no Brasil”. In: MARTINS, Heloisa T. de S. (org.). *Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia*. São Paulo: Barcarolla/ANPOCS. pp. 203-251.
- FREHSE, Fraya. (2012), “A Recent Sociological Utopia of Urban Space in Brazil”. *Iberoamericana*, n. 45, pp. 103-117.

FREHSE, Fraya. (2014), “Debatten um die ‘Eigenlogik’ der Städte: Ein vergleichender Blick auf den aktuellen “Aufruhr” in der deutschen Stadtsoziologie”. *Neue Politische Literatur*, v. 59, n. 3, pp. 399-407.

FREY, Oliver; KOCH, Florian (org.). (2011a), *Die Zukunft der europäischen Stadt*. 1. ed. Wiesbaden: VS Verlag.

FREY, Oliver; KOCH, Florian. (2011b), “Einführung: Die Zukunft der europäischen Stadt”. In: FREY, Oliver; KOCH, Florian (org.). *Die Zukunft der europäischen Stadt*. Wiesbaden: VS Verlag. pp. 11-20.

FRIEDRICHS, Jürgen. (1977), *Stadtanalyse*. 1. ed. Opladen: Westdeutscher Verlag.

FRIEDRICHS, Jürgen. (1988), “Stadtsoziologie – wohin?”. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*. Separata 29, pp. 7-17.

FRIEDRICHS, Jürgen. (1995), *Stadtsoziologie*. 1. ed. Opladen: Leske + Budrich.

FRIEDRICHS, Jürgen. (2005), “Thesen zur Stadtsoziologie”. *Nachrichtenblatt zur Stadt- und Regionalsoziologie*, n. 7, pp. 9-16.

GEGNER, Martin. (2006), “A decadência da cidade européia: tendência social ou repetição de uma figura retórica?”. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 3, pp. 753-770.

GEHRING, Petra. (2008), “Was heißt Eigenlogik? Zu einem Paradigmenwechsel für die Stadtforschung”. In: BERKING, Helmuth; LÖW, Martina (org.). *Die Eigenlogik der Städte*. Frankfurt a. M.; New York: Campus. pp. 153-167.

GIDDENS, Anthony. (2003), *A Constituição da Sociedade*. 1. ed. Trad. Á. Cabral. São Paulo: Martins Fontes.

GORELIK, Adrián. (2005), “A produção da ‘cidade latino-americana’”. Trad. F. A. Peixoto. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, pp.111-133.

GRAFMEYER, Yves. (1994), *Sociologie urbaine*. 1. ed. Paris: Nathan.

HAMM, Bernd. (1980), “Thesen zur Soziologie der Stadt – ein Ausweg aus der Banalität”. *Leviathan*, n. 8, pp. 265-272.

HAMM, Bernd; ATTESLANDER, Peter (org.). (1974), *Materialien zur Siedlungssoziologie*. 1. ed. Köln: Kiepenheuer & Witsch.

HAMM, Bernd; NEUMANN, Ingo. (1996), *Siedlungs-, Umwelt- und Planungssoziologie*. 1. ed. Opladen: Leske + Budrich.

HANNEMANN, Christine; METTENBERGER, Tobias. (2010), “Die europäische und die amerikanische Stadt: Zur Funktion einer konzeptionell orientierten Dualität”. Berlin, mimeo.

HASSENPFUG, Dieter. (2000), *Die europäische Stadt*. 1. ed. Münster: LIT Verlag.

HÄUßERMANN, Hartmut. (1995), “Die Stadt und die Stadtsoziologie. Urbane Lebensweise und die Integration des Fremden”. *Berliner Journal für Soziologie*, n. 1, pp. 89-98.

HÄUßERMANN, Hartmut. (1999), “Sozialräumliche Struktur und der Prozeß der Ausgrenzung: Quartierseffekte”. *Nachrichtenblatt zur Stadt- und Regionalsoziologie*, v. 14, n. 1, pp. 7-18.

HÄUßERMANN, Hartmut. (2001), “Die europäische Stadt”. *Leviathan*, v. 29, n. 4, pp. 237-255.

HÄUßERMANN, Hartmut; KEMPER, Jan. (2005), “Die soziologische Theoretisierung der Stadt und die ‘New Urban Sociology’“. In: BERKING, Helmuth; LÖW, Martina (org.). *Die Wirklichkeit der Städte*. Baden-Baden: Nomos. pp. 25-53.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter. (1978), “Krise der Stadt. Thesen zur Soziologie der Stadt”. *Leviathan*, n. 6, pp. 484-500.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter. (1987), *Neue Urbanität*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter (org.). (1993), *Festivalisierung der Stadtpolitik*. 1. ed. Opladen: Westdeutscher Verlag.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter. (1994), “Gemeinde- und Stadtsoziologie”. In: KERBER, Harald; SCHMIEDER, Arnold (org.). *Spezielle Soziologien*. Hamburg: Rowohlt. pp. 363-387.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter. (2004), *Stadtsoziologie*. 1. ed. Frankfurt a. M.; New York: Campus.

HERLYN, Ulfert. (1969), “Notizen zur stadtsoziologischen Literatur der 60er Jahre”. In: BAHRDT, Hans P. *Die moderne Großstadt*. Hamburg: Christian Wegner Verlag. pp. 153-172.

HERLYN, Ulfert. (1980), “Notizen zur stadtsoziologischen Literatur der 70er Jahre”. *Archiv für Kommunalwissenschaften*, n. 19, pp. 93-112.

HERLYN, Ulfert. (1993), “Stadt- und Regionalsoziologie”. In: KORTE, Hermann; SCHÄFERS, Bernhard (org.). *Einführung in die speziellen Soziologien*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 245-263.

IPSEN, Detlev. (1997), *Raumbilder*. 1. ed. Pfaffenweiler: Centaurus-Verlag-Gesellschaft.

IPSEN, Detlev. (2000), “Von der Stadt- und Regionalsoziologie zu einer Soziologie des Raumes?”. *Soziologische Revue*, Separata 5, pp. 279-290.

KAELBLE, Hartmut. (2001), “Die Besonderheiten der europäischen Stadt im 20. Jahrhundert”. *Leviathan*, 29.01.2001, pp. 256-274.

KEMPER, Jan; VOGELPOHL, Anne (org.). (2011), *Lokalistische Stadtforschung, kulturalisierte Städte*. 1. ed. Münster: Westfälisches Dampfboot.

KOCKA, Jürgen. (1999), “Wider die Idealisierung der historischen Stadt“. In: MÖNNINGER, Michael (org.). *Stadtgesellschaft*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 97-100.

KÖNIG, René. (1958), *Grundformen der Gesellschaft*. 1. ed. Hamburg: Rowohlt.

KORTE, Hermann. (1986), *Stadtsoziologie*. 1. ed. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

KORTE, Hermann; BAUER, Eckart; RIEGE, Marlo; KORFMACHER, Jochen; GUDE, Sigmar; BRAKE, Klaus; GERLACH, Ulla. (1974), *Soziologie der Stadt*. 1. ed. München: Juventa Verlag.

KÖSTER, Werner. (2002), *Die Rede über den “Raum”*. 1. ed. Heidelberg: Synchron.

KRÄMER-BADONI, Thomas. (1991), “Die Stadt als sozialwissenschaftlicher Gegenstand“. In: HÄUßERMANN, Harmut (org.). *Stadt und Raum*. 1. ed. Pfaffenweiler: Centaurus-Verlag-Gesellschaft.

KRÄMER-BADONI, Thomas. (1999), “Die Stadtsoziologie Ende der 90er Jahre“. *Soziologische Revue*, n. 22, pp. 413-422.

KRÄMER-BADONI, Thomas. (2003), “Die Gesellschaft und ihr Raum – kleines verwundertes Nachwort zu einem großen Thema“. In: KRÄMER-BADONI, Thomas; KUHM, Klaus (org.). *Die Gesellschaft und ihr Raum*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 275-286.

KRÄMER-BADONI, Thomas. (2004), “Die europäische Stadt und die alteuropäische Soziologie“. In: SIEBEL, Walter (org.). *Die europäische Stadt*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 433-444.

LANZ, Stephan. (2002), “Mythos europäische Stadt – Fallstricke aktueller Rettungsversuche“. In: BUKOW, Wolf-Dietrich; YLDIZ, Erol (org.). *Der Umgang mit der Stadtgesellschaft*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 63-77.

LÄPPLE, Dieter. (1991), “Essay über den Raum. Für ein gesellschaftswissenschaftliches Raumkonzept“. In: HÄUßERMANN, Hartmut; IPSEN, Detlev; KRÄMER-BADONI, Thomas (org.). *Stadt und Raum*. Pfaffenweiler: Centaurus. pp. 157-207.

LE GALÈS, Patrick. (2002), *European Cities*. 1. ed. Oxford; New York: Oxford University Press.

LEFEBVRE, Henri. (2000), *La production de l'espace*. 1. ed. Paris: Anthropos.

LENGER, Friedrich; TENFELDE, Klaus (org.). (2006), *Die europäische Stadt im 20. Jahrhundert*. 1. ed. Köln; Weimar; Wien: Böhlau.

LÖW, Martina. (2001), *Raumsoziologie*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

LÖW, Martina. (2009), *Soziologie der Städte*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

- MANDERSCHIED, Katharina. (2007), "Urbanität im 21. Jahrhundert – Verfall oder Chance einer Lebensform? Eine soziologische Kontextualisierung". In: BAUM, Detlef (org.). *Die Stadt in der Sozialen Arbeit*. Basel: VS. pp. 52-70.
- NACHRICHTENBLATT zur Stadt- und Regionalsoziologie. (2005), Berlin: Deutsche Gesellschaft für Soziologie.
- NADER, Laura. (1994), "Comparative Consciousness". In: BOROFKY, Robert (org.). *Assessing Cultural Anthropology*. New York: McGraw-Hill. pp. 84-96.
- OSWALD, Hans. (1966), *Die überschätzte Stadt*. 1. ed. Olten: Werner Verlag.
- PFEIL, Elisabeth. (1950), *Großstadtforschung*. 1. ed. Berlin-Horn: Dorn.
- PRIGGE, Walter. (1996), *Urbanität und Intellektualität im 20. Jahrhundert*. 1. ed. Frankfurt a. M.; New York: Campus.
- RIBBECK, Eckhardt. (2005), *Die Welt wird Stadt*. 1. ed. Berlin: Jovis Berlin.
- RIEGE, Marlo; SCHUBERT, Herbert (org.). (2002), *Sozialraumanalyse*. 1. ed. Wiesbaden: VS Verlag.
- SCHÄFERS, Bernhard. (1989), "Stadt- und Regionalsoziologie: Ausgewählte neuere Ansätze". In: HESSE, Joachim H. (org.). *Kommunalwissenschaften in der Bundesrepublik Deutschland*. Baden-Baden: Nomos Verl.-Ges. pp. 387-407.
- SCHÄFERS, Bernhard. (2006), *Stadtsoziologie*. 1. ed. Wiesbaden: VS-Verlag.
- SCHMALS, Karl M. (1983), "Soziologie der Stadt". In: SCHMALS, Karl M. (org.). *Stadt und Gesellschaft*. München: Edition Academic Verlags-GmbH. pp. 111- 113.
- SCHROER, Markus. (2006), *Räume, Orte, Grenzen*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- SCHUBERT, Dirk. (2001), "Mythos 'Europäische Stadt'. Zur erforderlichen Kontextualisierung eines umstrittenen begriffs". *Die Alte Stadt*, n. 4, pp. 270-290.
- SIEBEL, Walter. (1987), "Vorwort zur deutschen Ausgabe". In: SAUNDERS, Peter. *Soziologie der Stadt*. Trad. S. Acker. Frankfurt a.M.; New York: Campus. pp. 9-13.
- SIEBEL, Walter. (1994), *Was macht die Stadt urban?* 1. ed. Oldenburg: BIS.
- SIEBEL, Walter. (1999), "Ist Urbanität eine Utopie?". *Geographische Zeitschrift*, v. 87, n. 2, pp. 116-124.
- SIEBEL, Walter. (2000), "Urbanität". In: HÄUßERMANN, Hartmut (org.). *Großstadt*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 264-277.
- SIEBEL, Walter. (2002), "Wesen und Zukunft der europäischen Stadt". In:

SELLE, Klaus (org.). *Was ist los mit den Öffentlichen Räumen?* Aachen; Dortmund: Dortmunder Vertrieb für Bau- und Planungsliteratur. pp. 106-116.

SIEBEL, Walter. (org.) (2004), *Die europäische Stadt*. 1. ed. Frankfurt: Suhrkamp.

SIMMEL, Georg. (1995a), “Über räumliche Projektionen sozialer Formen [1903]”. In: SIMMEL, Georg. *Aufsätze und Abhandlungen 1901-1908* (vol. 1). Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 201-220.

SIMMEL, Georg. (1995b), “Soziologie des Raumes [1903]”. In: SIMMEL, Georg. *Aufsätze und Abhandlungen 1901-1908* (vol. 1). Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 132-183.

SIMMEL, Georg. (1995c), “Der Raum und die räumliche Ordnung der Gesellschaft [1908]”. In: SIMMEL, Georg. *Soziologie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 678-790.

SOEFFNER, Hans-Georg (org.). (2011), *Transnationale Vergesellschaftungen* (vol. 2). 1. ed. Wiesbaden: VS Verlag.

STICHWEH, Rudolf. (2003), “Raum und moderne Gesellschaft. Aspekte der sozialen Kontrolle des Raums”. In: KRÄMER-BADONI, Thomas; KUHM, Klaus (orgs.). *Die Gesellschaft und ihr Raum*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 93-102.

STURM, Gabriele. (2000), *Wege zum Raum*. 1. ed. Opladen: Leske + Budrich.

WEFING, Heinrich. (1998), “Die neue Sehnsucht nach der Alten Stadt, oder Was ist Urbanität?”. *Neue Rundschau*, n. 2, pp. 82-98.

WENTZ, Martin (org.). (2000), *Die kompakte Stadt*. 1. ed. Frankfurt a. M.; New York: Campus.

WÜST, Thomas. (2004), *Urbanität*. 1. ed. Wiesbaden: VS Verlag.

ZIMMERMANN, Clemens. (1995), *Die Zeit der Metropolen*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Fischer Taschenbuch Verlag.